

VIDALIN, Antoine – *Acte du Christ et actes de l'homme: La théologie morale à l'épreuve de la phénoménologie de la vie*. Préface de Vincent Holzer. Paris: Parole et Silence, 2012. 571 p. Collège des Bernardins: Essai; 16.

Para quem, como é o nosso caso, pensava, com nostalgia, que se torna raro o aparecimento de algo novo na reflexão teológica sobre a ética e a moral, eis que nos cai na mão este volumoso ensaio de Antoine Vidalin, professor da Faculdade Teológica de Notre Dame, em Paris. É um trabalho que reconforta quem se dedica ao estudo da teologia. Foi apresentado como doutoramento por alguém que já se dedicou ao mesmo assunto em outros livros anteriores. Por isso, trata-se de matéria longamente meditada e assimilada.

O estudo apresenta duas grandes partes. Uma primeira, que versa sobre o ato humano tal como pode ser pensado a partir da fenomenologia da vida. Embora não seja explícito no título, trata-se de uma exposição do pensamento de Michel Henry (1922-2002), que foi quem desenvolveu a fenomenologia nesta direção. A segunda parte é uma teologia do ato humano, principalmente uma teologia moral geral, embora para o Autor as divisões de escola da teologia (moral, espiritual) não façam, à partida, grande sentido.

No primeiro momento do seu trabalho, A. Vidalin expõe detidamente a questão do ato humano, desde o ponto de vista da fenomenologia de M. Henry. É sabido como este pensador desenvolveu uma apreensão muito original da fenomenologia, levando-a na direção do que chama uma "fenomenologia da vida", caminho que, na fase final da sua obra, lhe facultou um fecundo encontro com o cristianismo. Com uma grande coerência, Henry parte da problemática fenomenológica da vivência do sujeito, aplicando-a ao conhecimento, ao corpo, à economia, ao inconsciente, à arte e à cultura. Vidalin percorre todos estes momentos do trabalho de Henry, à procura de uma explicação e de uma compreensão do ato humano. Os pressupostos henrianos dão-lhe a possibilidade de pensar o ato humano na sua imanência invisível, na sua ligação ao corpo, na vivência intersubjetiva, enfim, no seu carácter de passibilidade radical da vida absoluta que se vive no sujeito concreto. Pelo caminho, encontramos a exposição dos pressupostos do pensamento de Henry. Entre os mais importantes, aludimos aos seguintes. O primeiro é a duplicidade do aparecer: no mundo, como possibilidade de toda a manifestação, há a verdade da vida, aquela em que o dizer e o dito são coincidentes, e a outra, a verdade do mundo, a que, desde a Grécia, foi privilegiada na teoria do conhecimento, que olha apenas o que se manifesta na visibilidade. Não faz sentido distinguir entre visível e invisível. O segundo pressuposto de Henry é a crítica radical deste pensamento assente na representação, antepondo-lhe, como condição obrigatória de sua validade, um pensamento da imanência radical, condição da verdade de qualquer conhecimento do real. A transcendência é apreensível nesta radical imanência. O terceiro pressuposto, complementar dos anteriores e necessário ao projeto de uma teologia moral, é a ligação inseparável entre corpo e "carne", sendo que esta última é o pressuposto de toda a possibilidade de corporeidade subjetiva ligada à vida, como condição da palavra e da verdade de todo o conhecimento. Estes pressupostos fenomenológicos de M. Henry dirigiram-na na direção de receber no seu pensamento algumas categorias de origem cristã, sobretudo do evangelho de S. João, entre elas

a de "filiação" e a de "arqui-inteligibilidade". Antoine Vidalin percorre pacientemente todos estes passos, à procura de uma fenomenologia do ato humano. O verdadeiro ato humano é imanente e invisível; a sua eficácia (o seu poder) depende da imanência do "ego" na realidade da vida precedente, o seu fracasso é um processo de des-incarnação, ou seja, de ilusão transcendental do ego. Tendo em conta esta sua origem e radicação na Vida precedente, o ato humano contém também em si o juízo sobre a sua eticidade e é uma entrada na felicidade. O ato humano resulta, pois, integrado pelos seguintes momentos: um sofrer-se, em que o sujeito se exprime em acusativo ("mim", em vez de "eu"); uma angústia, em que se vive a liberdade que funda o agir ("eu posso algo"); um esforço penoso, que é o lugar em que algo se dá na existência humana, um rejubilar em que o agente se recebe como filho da vida (cf. p. 332).

Toda a segunda parte da obra integra estes elementos fenomenológicos numa teologia do ato humano, tornando explícito aquilo que estava implícito na obra de Henry: «No fundo de todo o agir concebível, do "eu posso" do ego, existe este outro agir, o agir da Vida absoluta que se revela a si mesma, religando o ego a si próprio, a Arqui-Revelação da Arqui-geração, o Olho-omnividente pelo qual todos os atos, mesmo os mais modestos, têm o seu enlace consigo mesmo e o seu poder agir – o Olho-omnividente que o precede e o acompanha como sua possibilidade mais interior e a mais inevitável» (*C'est moi la vérité*, 243). Por este caminho são redigidos os capítulos finais da obra: o ato humano é ligado a Cristo, como sua chave, à eucaristia, como seu fundamento, bem como à Sagrada Escritura que assim pode, num sentido radical, ser "a alma da teologia moral".

Não é possível neste espaço ter em cota toda a riqueza deste longo trabalho. Aconselhamos vivamente a que seja lido para que cada pessoa que o lê faça o seu juízo. Porém, a obra de A. Vidalin levanta uma série de problemas a um leitor interessado em teologia moral, como é o nosso caso. Vamos expor alguns deles, não como diminuição da obra, mas como forma de receção dela.

Desde logo, alguns problemas metodológicos. Ao querer passar além da divisão da teologia em especialidades e, neste caso, ser mais do que uma teologia moral, não pode deixar de suscitar uma primeira questão. O ato humano é um tema de primeira ordem de importância para a moral geral e fundamental. Ora o nosso Autor constrói o seu tratado sem ter em conta o trabalho de muitos seus colegas de mester que têm dado um contributo para o assunto. Se excetuarmos o caso de S. Tomás de Aquino, não é dado lugar a mais ninguém no largo oceano dos teólogos que se ocuparam da matéria. Por certo que A. Vidalin não quis desconsiderar ninguém, antes visou pôr em evidência a novidade do seu ponto de vista. E, no entanto, há uma longa tradição que, desde a Idade Média, trata da questão do ato humano pelo ponto de vista da interioridade e da invisibilidade. Cremos que o parisiense Pedro Abelardo, para apenas dar um exemplo, apesar de ser uma companhia incómoda, merecia uma palavra como precursor desta linha de pensamento. Mas outro problema se levanta. Como é possível tratar da questão dos atos humanos sem ouvir as ciências humanas? O trabalho resulta, deste modo, menos capaz de comunicação com os outros saberes e menos apto para propor um caminho de moralização da vida. O mesmo se diga das ciências bíblicas. Vidalin segue um caminho muito seu na interpretação da Escritura, mesmo do Antigo Testamento. A nosso ver, para entrar por esse caminho, era necessário ouvir mais biblistas, até por uma questão de justiça. O Autor pode desculpar-se dizendo que ninguém vai na sua direção quanto ao modo de abordar a Escritura. As afirmações

ousadas da conclusão, segundo as quais todas as temáticas de uma bioética ou de uma ética social estão contidas na Escritura, necessitam de uma longa explicação, para não parecerem desmedidas e algo biblicistas.

Outra questão, que toca método e conteúdo, leva-nos na direção de lamentar que A. Vidalin não tenha usado a distinção entre ética e moral, tal como é proposta por P. Ricoeur. Segundo este ponto de vista, a ética refere a exposição da vida boa, vida de comunhão e de sociabilidade, no contexto da instituição justa. Tem um propósito teológico. A moral, por sua vez, refere a justificação da norma de vida, numa perspectiva deontológica. Ora o trabalho de Vidalin apresenta-se como excelente, se tivermos em conta o primeiro aspeto, ou seja, na sua qualidade de uma ética teológica. Estamos inteiramente de acordo que este é o ponto de vista predominante de uma leitura teológica da Escritura e do pensamento de Jesus sobre a matéria. Mas, a nosso ver, uma ética fica muito aquém do seu dever se não se prolongar na direção de uma moral, pois esta justifica precisamente a possibilidade do viver associado e histórico na condição finita que é a nossa. Ainda para mais, sendo a preocupação do Autor mostrar o contributo da teologia moral para uma bioética. «Se a bioética pode ter um sentido e uma autoridade, então ela tem de ser uma ética prescrita pela própria vida, quer dizer, a ética da vida» (p. 551). Porém, esta passagem da proclamação da ética a uma justificação da norma moral não é, a nosso ver, satisfatória no discurso proposto. Apresenta consideráveis virtualidades, não temos dúvida em o afirmar. Mas não fica feito o caminho de forma automática. A vida concreta é feita de escolhas, muitas vezes em situação de conflito. O princípio geral da imanência do sujeito à Vida que nele se vive não basta para decidir em situação. Necessita de outros princípios mediadores que a tradição moral bem conhece. Seria muito interessante continuar este discurso, tentando mostrar como podem ser melhorados esses princípios da tradição. Esperemos que o Autor o venha a fazer.

Este ponto dá-nos entrada noutra perplexidade. Por um lado, não nos cansaremos de admirar a beleza das reflexões sobre o ato humano, visto desde a sua inclusão no ato de Cristo e na grande corrente da Vida precedente. Daqui decorre uma descrição da subjetividade humana mergulhada na ação criadora e redentora, superando a visão antiga ou moderna do sujeito autoconstituído e incommunicante com a alteridade e com a transcendência divina. Porém, fica-nos uma pergunta sobre o modo como podemos pensar, neste novo contexto, a consistência da subjetividade humana. De facto, a tradição bíblica e teológica sempre afirmou esta consistência, pois o ser humano é interlocutor de Deus de forma livre e separada, com é próprio de quem se relaciona pela palavra. As belas páginas deste trabalho deixam-nos a sensação de que esta consistência resulta algo diluída. A "intriga noturna" da relação do sujeito ao divino é uma bela metáfora cheia de sentido. Porém, os seres humanos, mesmo os crentes, vivem uma responsabilidade que parece ser do propósito divino conceder-lhe para poderem gerir o mundo, para cá dessa noite em que a sua origem remonta a Deus. Será que a fenomenologia da vida evita aquilo que parece ser uma indevida "concentração teológica" da antropologia do ato humano? É uma pergunta que fica. Esta questão poderia prolongar-se para o terreno cristológico, para fazer algumas perguntas. Desde logo para confrontar o Autor com a sensação do leitor de que não é dada à "carne" de Jesus o seu lugar absolutamente único, quando à possibilidade do "ser carne" de todos os outros seres humanos. Será verdadeira esta sensação? E logo de seguida para perguntar também se a subjetividade humano-divina de Jesus está suficientemente acautelada, no que

toca à perfeição da sua humanidade de agente moral, a qual tem de ser íntegra, e portanto não apenas coincidente com Deus mas interlocutora de Deus, para que a natureza humana seja assumida verdadeiramente.

Estas observações são oriundas de quem, como nós, lemos o livro com muita atenção e esperamos ter entendido boa parte da mensagem contida nele. A concluir, é justo dizer que o livro de A. Vidalin é uma lufada de ar fresco no reino da teologia moral que, quanto a nós, tem ficado para trás das outras disciplinas teológicas, quanto à assimilação de elementos que lhe são essenciais para a sua missão de expor «a sublimidade da vocação em Cristo» (*Optatam totius*, 16). A nosso ver, este livro fará história e desejamos-lhe um longo caminho na tarefa de motivar a superação de alguns caminhos angustos que a teologia moral tem percorrido em vão recentemente, seja o biblicismo, seja o positivismo. Este último verifica-se especialmente como positivismo teológico e antropológico, no que toca à compreensão dos atos humanos, tratados como algo visível e isolável da biografia do sujeito. Mas pode ser também, quanto à norma moral, positivismo da revelação e do magistério da Igreja. Visto como convite a uma boa ética teológica em ordem a uma boa moral normativa, este livro é um valiosíssimo contributo.

Jorge Teixeira da Cunha